

O RESGATE DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS¹

Cláudia Maria XATARA²

- RESUMO: Uma análise morfossintática e semântico-pragmática das chamadas "expressões idiomáticas" procura mostrar que tais expressões são sistematizáveis e, portanto, não deveriam continuar desconsideradas pelos dicionários comuns, pelas gramáticas e no ensino de línguas.
- PALAVRAS-CHAVE: Idiomatismo; não-composicional; frequência de uso.

Introdução

Muitas vezes o léxico de uma língua não dispõe em seu acervo de unidades lexicais apropriadas para expressar certas nuances de sentimento, emoção, ou sutilezas de pensamento do falante. Por não encontrar no repertório disponível os elementos de que necessita para sua comunicação ou expressão verbal em determinada situação, o falante lança mão de combinatórias inusitadas, ou seja, originais, buscando um efeito de sentido (vide item 6). Congelando-se e difundindo-se pela comunidade dos falantes, tais combinatórias originam *expressões idiomáticas* (EI).

As EI estão, portanto, à nossa volta, enraizadas em nosso dia-a-dia. Fazem parte da linguagem comum de registro informal, encontrando-se na modalidade oral ou escrita. Mas por que há ainda um número reduzido de estudos aprofundados sobre elas? Por que muitas das EI não fazem parte dos nossos dicionários? Por que há tão pouco espaço para elas nas gramáticas? Por que, enfim, são tratadas como um problema marginal na pesquisa lingüística ou no ensino/aprendizagem da língua materna e de uma língua estrangeira? Posso arriscar algumas respostas.

¹ Este artigo discute aspectos das EI tratados em minha dissertação de Mestrado (Xatara, 1994).

² Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

1 Expressão idiomática e lingüística

O primeiro paradigma científico da lingüística remonta à lingüística histórica e comparativa de H. Paul, K. Brugman, H. Osthoff etc.; no século XIX. O segundo emerge com Saussure e se impõe com o círculo lingüístico de Praga, tendo ainda uma vertente com os estruturalistas americanos. Um terceiro paradigma encontra-se na teoria gerativo-transformacional de Chomsky. Contudo, de modo geral, pode-se dizer que tendo a língua (*langue*) permanecido por muito tempo o objeto da lingüística, os idiomatismos foram automaticamente excluídos por pertencerem, *a priori*, à fala (*parole*). Por muito tempo a semântica e a pragmática foram marginalizadas, ciências essas imprescindíveis para o estudo das EI. Entretanto, alguns lingüistas pioneiros ocuparam-se desse assunto quando as pesquisas sintáticas imperavam soberanas, e ainda mais quando a sintaxe começa a perder espaço.

Harris, em 1954, já não trata as EI como um problema marginal do ponto de vista da estrutura da frase. Em sua teoria distribucional e transformacional, caracteriza-as como operadores e reduções.

Biderman (1978) refere-se às EI quando discute a complexa questão da segmentação das unidades léxicas no discurso, chegando a defini-las:

idiomatismos são combinatórias de lexemas que o uso consagrou numa determinada seqüência e cujo significado não é a somatória das suas partes. (p.133)

Chafe (1979) considera idiomatismos as estruturas que representam combinações de morfemas sem que esses, por si sós, constituam unidades semânticas, mas cujo conjunto constitui uma nova unidade semântica da língua em questão.

Danlos (1981) revela o grande número de construções idiomáticas ao lado das construções livres. Gross dedicou ao menos uma década de estudos às expressões *figées*, dentre os quais gostaria de ressaltar suas pesquisas de 1982, em que ele, na linha de Harris, afirma que as expressões cristalizadas não são excepcionais nem por sua sintaxe, nem em relação ao léxico. Ainda Gross, em 1988, propõe analisar essas expressões a partir da léxico-gramática com o registro de 30 mil frases cristalizadas (em comparação com apenas 12 mil frases livres), ou seja, a partir de uma correspondência entre elementos lexicais compostos por regras de gramática e de elementos de sentido com características relativamente gerais.

Fillmore, Kay e O'Connor (1988) são lingüistas que também conferem aos idiomatismos uma produtiva regularidade estrutural, acreditando dever cair por terra a tese da excepcionalidade e irregularidade que sempre lhes foi atribuída.

2 Expressão idiomática e seu tratamento lexicográfico

Quanto aos dicionários de língua, a lexicografia ainda não pode se servir de estudos e levantamentos de EI, pois esses ou não foram realizados ou foram realizados

de modo ocasional e incompleto, sobretudo no que tange à língua portuguesa. E também, sobretudo em nossa língua, a lexicografia tem sido praticada, salvo exceções, por diletantes e/ou por encomenda comercial de editoras, resultando numa generalizada incompletude e inadequação do tratamento das unidades lexicais, máxime daquelas de natureza mais complexa como é o caso das EI. Dentre essas exceções, contudo, merecem destaque o *Dicionário Gramatical de Verbos* (Borba, 1991) e os trabalhos da lexicógrafa Biderman.

As EI apresentam uma grande fixidez por definição, própria às unidades lexicalizadas que aparecem, então, como tendo uma existência própria como parte do léxico e, como associações constantes, elas traduzem um hábito verbal. Há, portanto, dois estágios por que passam as EI: 1) o processo de cristalização que as torna estáveis em significação; e 2) a frequência de seu emprego. Assim, num nível mais abstrato da linguagem, consoma-se o processo de lexicalização, categorizando-as para integrarem a nomenclatura de um dicionário da língua.

Os dicionaristas parecem, no entanto, esbarrar na questão das lexias complexas, as quais, não se determinando como entradas separadas, segundo Pottier (apud Loffler & Lobato, 1979), comporiam outros verbetes. As EI são grupos de lexias indecomponíveis, salvo numa perspectiva etimológica ou histórica. Em sincronia, pela análise distribucional ou funcional, tais grupos formam uma unidade lexical (unidade à qual corresponde um só significado). Deveriam, portanto, constituir entradas específicas nos dicionários, o que, infelizmente, não ocorre.

Por outro lado, há outro inconveniente para se localizar num dicionário uma EI: qual o critério seguro e único para distinguir um termo de uma expressão e não outro como palavra-chave, e então, no verbete referente a esse termo, encontrar tal idiomatismo? A escolha da palavra-chave deve depender do tipo do dicionário (em sua maioria, na versão uni ou bilíngüe, são alfabéticos, semasiológicos, não-analógicos e não-nocionais) e do seu objetivo (compreensão do desconhecido ou procura da expressão mais apropriada). Não há dúvida, porém, de que se o usuário encontrasse as lexias complexas como entradas, a consulta seria realmente eficaz.

Biderman (1978) critica a prática lexicográfica de inserir as EI na entrada do primeiro verbo ou substantivo que as compõem, sugerindo uma entrada individualizada para facilitar a localização da informação. Considera, entretanto, que tal procedimento resultaria num aumento significativo do *index verborum*.

Além disso, o dicionário de língua privilegia uma norma lexical, um uso do léxico dentre todas as possibilidades de uso pela comunidade lingüística (a inclusão de outros usos representa geralmente a boa vontade dos lexicógrafos). Ademais, os trabalhos lexicográficos não estão suficientemente amparados por estudos lexicológicos.

Não são, portanto, significativamente numerosas as EI registradas no *Novo dicionário da língua portuguesa* (o conhecido *Aurélio*), em se tratando do português, nem no *Petit Robert*, ou no *Petit Larousse Illustré*, concernentes ao francês, nem tampouco no *Rónai* ou no *Azevedo*, esse último o maior dicionário bilíngüe francês-português/português-francês existente até o momento. Refiro-me especificamente ao

francês, por ser a língua estrangeira com que trabalho diretamente na docência e cujo cotejo com o português constitui o centro de interesse em minhas pesquisas.

No que diz respeito a inventários específicos, sob o título de “dicionários de locuções” ou “dicionários de expressões idiomáticas”, encontramos obras muito incompletas. São coletâneas de verbetes, isto é, de entidades lexicais de natureza heterogênea: ora referem-se a “armadilhas” de certa língua estrangeira em que até um pronome de tratamento é incluído como EI; ora referem-se a problemas de regência verbal, coloquialismos e gírias; outras vezes são identificadas como frases feitas ou clichês. Assim se enquadram os dicionários de Bretaud & Mattos (1990), Camargo & Steimberg (1987), Campos (1980), Cascudo (1977), Collins & Gomes (1982), Pugliesi (1981), Ribeiro (1908), Silva (1975) e Rónai (1989). Um pouco mais homogêneas seriam as obras de Bernet & Rézeau (1989) e Claval & Duneton (1990).

3 Expressão idiomática e gramática

Nas gramáticas tradicionais descritivas, preocupadas com a normalização da língua escrita formal, muito pouco espaço se dá aos idiomatismos, expressões sobretudo da linguagem oral informal. Em relação ao português, constatei a afirmação acima em André (1982), Bechara (1974), Cegalla (1979), Cunha (1985), Garcia (1978), Luft (1976) e Said Ali (1964), que se referem à expressão idiomática como “idiotismo”, em capítulo sobre *vícios e anomalias de linguagem*. Quanto ao francês, o mesmo se dá com Chevalier (1964), Dubois & Jouannon (1956) e Grevisse (1975). Por sua vez, gramáticos gerativistas como Weinreich, Katz & Bresnan (apud Rwet, 1983) propõem soluções para se distinguirem EI das não-EI, mas essas soluções são puramente formais e descritivamente inadequadas.

Na literatura, mas felizmente não nos bons escritores, há ainda preconceito em relação ao emprego de EI: esses autores vêm-se “obrigados” a colocar grande parte de expressões entre aspas ou a preceder estas de fórmulas como “se posso dizer”, “como se diz”; e se assim o fazem, ou é para explicar que sabem escrever bem melhor que isso, ou para demonstrar que conhecem tal expressão como todo mundo. Em contrapartida, escritores profissionais de renome recorrem cada vez mais à riqueza da linguagem oral mais descontrainda, pois, na verdade, o primado da modalidade escrita sobre a oral nas gramáticas tradicionais (e no ensino/aprendizagem de línguas), de postura opressora e repressiva, tem cada vez menos força, visto que ao lado da escrita, e não inferior a ela, deve estar a oralidade.

4 Expressão idiomática e ensino

Primeiramente os métodos de ensino de língua materna ou estrangeira serviram a propósitos normativos, em que a língua resultava numa simbiose permanente entre gramática e filologia, com o estudo de obras de expoentes literários. Por sua vez, as

descobertas da lingüística geral, da psico e da sociolingüística repercutiram nas abordagens e nos métodos de ensino de forma extremamente tênue e tímida.

Na década de 1940, a abordagem audiolingual assimila os pressupostos teóricos do estruturalismo, dando ênfase ao oral. Nos anos 50-60, prevalece a visão da língua como sistema formal (conteúdo programático estrutural) e o processo ensino-aprendizagem é abordado numa linha mecanicista-comportamental. Nos anos 70-80, o enfoque é sobretudo na linguagem como instrumento de comunicação (conteúdo programático nocional-funcional) e o processo ensino-aprendizagem é abordado mentalista-cognitivamente, mas a competência estratégica dos falantes-ouvintes continua tropeçando num dogmatismo doutrinário que deixa várias lacunas no ensino do léxico.

São problemas fundamentais relativos à compatibilização da visão de língua (a ser ensinada/aprendida) como discurso, à seleção do material lexical pertencente a cada fase de aquisição dessa língua, e aos meios mais adequados para permitir aos alunos a interiorização das coerções semântico-sintáticas em língua e em discurso. Dentre esses problemas, aparece a questão dos idiomatismos.

Geralmente se desconsidera um estudo mais sistemático das EI, embora este pudesse representar uma contribuição para a fluência do falante (Fillmore, 1979), o qual, além de conhecer a gramática e o léxico de uma língua, deve ainda memorizar um grande repertório de formas cristalizadas, conhecer o seu significado metafórico e saber adequá-las a contextos específicos.

Tal problema acentua-se no ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira. O estudo da semântica há pouco deixou de ser secundário, contudo o estudo do léxico assim permanece, embora seja justamente aí que se situa o maior escolho no domínio de uma língua estrangeira. De fato, o léxico de uma língua reflete o recorte da realidade, que é específico da cultura a que essa língua se reporta. Isso é especialmente controverso no tocante às EI, pois estas levam um tempo ainda maior para serem adquiridas em relação ao resto do léxico.

Para um não-nativo interpretar corretamente uma EI, não são suficientes conhecimento extralingüístico e estabelecimento de analogias entre duas culturas. Também a especificidade cultural, enraizada na realidade autóctone, e as associações naturais sobre as quais se estabelece a originalidade dos enunciados idiomáticos são obstáculos para a compreensão.

Ensina-se o código denotativo, e as variações estilísticas, que são modos de expressar conotações diferentes a partir de um núcleo conceitual idêntico, são mostradas e trabalhadas apenas num nível de aprendizagem bem mais avançado. Num ensino programado, sobretudo concernente à formação de tradutores, as construções que tivessem correspondências exatas poderiam ser ensinadas desde o começo, pois, ao menos em relação às línguas européias, muitas EI se traduzem literalmente com o mesmo significado. Em um nível mais avançado, seriam ensinadas as EI que têm correspondências aproximadas e, num nível superior de aperfeiçoamento, seriam aprendidas as EI que não têm correspondência. Essa metodologia, na verdade, corresponde às possibilidades de tradução de uma EI: ou é muito próxima

(virar casaca: *tourner casaque*; fazer o diabo a quatro: *faire le diable a quatre*), ou semelhante (prometer mundos e fundos: *promettre monts et merveilles*; engolir sapo: *avaler des couleuvres*), ou paráfrases (estar em cima do muro: *avoir deux cordes à son arc*; querer sombra e água fresca: *se reposer sur ses lauriers*).

Importa também que as EI sejam ensinadas, em língua estrangeira ou materna, sempre no contexto lingüístico, pois a contextualização é o melhor meio de ensinar a utilizá-las no discurso. Essa contextualização deve dar conta também de seu uso segundo um registro: algumas pertencem sobretudo à linguagem oral (*estar num mato sem cachorro*), outras são neutras em relação à modalidade oral/escrito (*cabeça-de-vento*); algumas são marcadas como pertencendo a um registro informal (*sofrer o diabo*), e outras a um registro neutro (*sofrer horrores*).

5 Expressão idiomática: motivação e aquisição

Enunciados como *não o conheço, nesse ponto há um problema, por qual motivo?* podem simplesmente não nos satisfazer e então recorreremos a outros enunciados, como por exemplo, *nunca o vi mais gordo, aí é que a porca torce o rabo, por que cargas d'água?* Mas por que não poderiam ser exemplo, para esses mesmos casos, *nunca o vi mais magro, aí é que o gato levanta o rabo, por que latas d'água?* Sem um estudo histórico da origem das expressões em uso, embora nem sempre possível, apenas arriscaríamos afirmar que no momento da criação de uma "expressão formular", as razões da escolha de tal expressão e não de outra são, mais que arbitrarias, subjetivas.

Por isso Borba (1984) refere-se aos idiomatismos como um caso de nomeação subjetiva, em que o nome escolhido para integrar uma EI manifesta valores expressivos relacionados com o falante e não apenas uma identificação, por abstração, com o objeto.

As criações novas e individuais de EI são um salto da imaginação criadora, no dizer de Lopes (1987), que associa duas idéias ou universos do discurso nunca antes associados, reunindo-os numa nova síntese, que exprime revelação cognitiva e catarse emocional.

Devido à arbitrariedade e à subjetividade das razões que motivaram a criação das EI, Rwet (1983) e Gross (1988) julgam que elas não sejam inatas, mas devam ser aprendidas uma a uma, de cor, pois são aceitas pela comunidade lingüística já que na sua estrutura, sentido e emprego são convencionalmente determinados.

O que ocorre, entretanto, é que a aquisição da maioria das combinações idiomáticas se faz de forma não-sistemática, em leituras ou conversas, desde que o falante esteja atento a elas. Além disso, esse indivíduo só perceberá que se trata de uma expressão consagrada quando a ouvir repetidas vezes. Então, poderá memorizá-las e utilizá-las quando a situação e o contexto as transformarem num fator específico de eficácia comunicacional. Um bom exemplo disso é uma expressão, contemporânea nossa, divulgada nacionalmente pelos meios de comunicação de massa, no mês de julho de 1992, por ocasião das investigações da *Comissão Parlamentar de Inquérito*

(conhecida como CPI de PC Farias) instaurada pelo Congresso Nacional para investigar a corrupção nos órgãos do Poder Executivo e Legislativo. Uma das testemunhas, Sandra Fernandes de Oliveira, secretária do empresário Alcides dos Santos Diniz, depondo na CPI sobre a fraude montada pela *Operação Uruguai* para justificar a fonte de dinheiro utilizada no pagamento de propinas, por PC Farias e seu mentor, o então presidente Fernando Collor de Melo, disse ela que esperava que essa investigação *não acabasse em pizza* como costumeiramente sucede no Brasil com os "crimes do colarinho branco". A imprensa fez grande alarde sobre o fato, e um dos importantes jornais nacionais – o *Jornal da Tarde*, de São Paulo – liderou uma campanha *Acabar em Pizza, Nunca Mais*. Foi certamente por causa desse episódio, em que a mídia deu grande destaque ao uso dessa EI, que ela se popularizou. Na nova edição do *Aurélio*, ampliada em cerca de 20 mil verbetes e prevista para 1996, essa EI deverá ser incluída com o sentido de *dar em nada*, mas talvez até lá ela já esteja em desuso.

Para Lyons (1979), os idiomatismos são enunciados estereotipados, aprendidos como um todo inanalísável, isto é, indecomponível, sem perder de vista a relação que as partes mantêm entre si. Esses estereótipos nunca são construídos no momento em que devam ser empregados, mas podem ser explicados em base behaviorista, como respostas condicionadas às situações em que ocorram. Essa posição é ratificada por Lopes (1987), que considera os idiomatismos em uso sintagmas cristalizados, memorizados globalmente (como os paradigmas) e utilizados automaticamente em certos pontos do discurso.

Fillmore (1979), ao contrário de Chomsky, afirma que as EI são memorizadas ao invés de serem geradas, porque são fixas. Suas interpretações e funções não são previsíveis por pessoas que apenas conhecem a gramática e o vocabulário de uma língua; são adquiridas numa associação com as situações em que seu uso é apropriado. Nesse caso, a conjunção da gramática e do léxico é necessária mas não suficiente (como quer Rey-Debove, 1984) à produção ou à compreensão das EI. Assim, entramos no terreno dos níveis de linguagem e das funções das EI. É a norma sociocultural que estabelece qual o tipo de discurso conveniente a certa situação, admitindo ou não um vocabulário que inclua os idiomatismos.

Emprega-se, portanto, uma EI, para expressar o conteúdo informacional desejado, ou de maneira mais ou menos compacta (no caso de *pagar o pato*, *descer a lenha*, *levar pau* ou *comer abobrinha e arrotar peru*, *pôr as manguinhas de fora*, *ser coisa do arco da velha*), levando-se em conta principalmente dois fatores: 1. a adequação ao tipo de linguagem (literária ou cotidiana); e 2. a questão da competência lingüística, que vem responder à criatividade do usuário da língua.

6 Expressão idiomática e valores expressivos

O enunciado idiomático, então, assume valores diversos:

a) assertivo:

Inteligente, sabe muito bem *dar seu recado*.

ou seja, uma simples constatação, dando um novo colorido à expressão do que poderia ser: "ser suficientemente claro para que sua fala não deixe dúvidas de compreensão ao seu interlocutor".

b) eufemístico:

Nada a fazer. Apenas *pôr panos quentes*.

suavizando o que talvez chocasse: "contemporizar ou apresentar medidas com as quais se procura adiar uma solução definitiva".

c) enfático:

Esteja certo que ainda *lhe quebro a cara*.

reforçando o que se deseja enfatizar, no caso "dar uma surra".

d) irônico:

E aí, vai continuar *dando milho aos bodes?*

sugerindo com sutileza o que não se ousa criticar diretamente: "investir inutilmente em algo ou alguém".

Além disso, as EI podem inspirar enunciados originais através do recurso da literalização, isto é, da passagem de seu sentido não-composicional ao sentido literal ou composicional, surpreendendo com uma nova informação por contradizer a convenção e provocar uma certa estranheza. Mas apesar dessa estranheza, a mensagem expressa por um idiomatismo pressupõe uma rápida e correta decodificação por parte do receptor, atingindo, assim, a eficácia comunicacional desejada. Essa é uma das funções produtivas dos idiomatismos, a que redatores de revistas e de jornais ou publicitários recorrem com frequência, sobretudo em manchetes ou chamadas. Exemplos:

- 1) do jornal *Folha de S.Paulo*, de 27.2.1994
4º caderno, p.1: (Propaganda das Casas Pernambucanas)
Não deixe por mais, pechinche.
- 2) da revista *Superinteressante*, nº 3, ano 8, mar. 1994 (Abril)
p.7: *Eléctrons na crista da onda.*
(referindo-se a ondas de um átomo)
p. 14: *Anticoncepcional bom pra cachorro.*
(para "cadelas" mesmo, e para gatas)
p.44: *"Pegando jacaré a laço."*
(método de pesquisa no Pantanal)

7 Expressão idiomática e características

Gross (1982) partiu de um estudo sintático formal das expressões cristalizadas para propor medidas da quantidade de memória necessária para sua estocagem. Verificou que as EI ou terão distribuição única ou distribuição bastante restrita. Nos enunciados:

Laura admira o céu.
Laura bateu as botas.

os objetos diretos não podem variar igualmente:

Laura admira o firmamento.
Laura bateu os sapatos. (?)

O sentido em *Laura admira o firmamento* não mudou; em compensação, *Laura bateu os sapatos* perdeu a interpretação idiomática "Laura morreu" que *bater as botas* dava.

Do mesmo modo, tal interpretação se inviabiliza, caso o verbo varie:

Laura cortou as botas. (?)

pois a distribuição de N_1 (1ª complemento) na construção *bater* N_1 1 (= morrer) limita-se, então, a um só substantivo, *botas*. Ainda o enunciado *Laura bateu as botas* (N_0 : grupo nominal sujeito – V: verbo – N_1 : 1ª complemento) apresenta outras restrições: o N_1 não aceita modificadores (... *suas botas*, ... *as belas botas*), nem complemento nominal (... *as botas da vida*), nem relativa (... *as botas que Deus lhe mandou*), nem passiva (Não acho que as botas *sejam batidas* ainda hoje, por Laura), nem relativização (*As botas que Laura bateu nos trazem más recordações*).

Encontramos, porém, algumas possibilidades de variações:

- sujeito: *Infelizmente eles bateram as botas.*
- tempo verbal: *Todos acreditam que Laura baterá as botas.*
- modo do verbo: *Temo que Laura bata as botas.*
- advérbio de tempo: *Ela bateu as botas há dois dias.*
- inserções de advérbio entre o verbo e o complemento: *Logo ele baterá também as botas.*
- permuta lexical (devido a certa produtividade dos componentes, o que não confirma, a rigor, a tese de que as EI são sintagmas sem paradigmas): *venenoso como a peste (como uma cascavel, uma cobra)*
- modalidade de asserção:

E então, ela já bateu as botas?
Creio que não tenha batido as botas.

Quanto a essa última possibilidade de *variação*, em geral ela é menos freqüente, pois dificilmente se passa da forma negativa para a afirmativa:

não fazer mal a uma mosca
fazer mal a uma mosca (?)

ou da afirmativa para a negativa:

tirar o cavalo da chuva
não tirar o cavalo da chuva (?)

Há ainda a presença facultativa de artigo ou a variação entre definido e indefinido:

Geni é [0] pedra no sapato de Odete.
uma pedra no sapato
a pedra no sapato

Se o possessivo for admitido, sua variação co-referente ao sujeito é obrigatória:

Clarice pensa que não deve pôr a mão no fogo.

ou: *pensa que não deve pôr sua mão no fogo.*

Às vezes, se a expressão vier no plural, o artigo pode desaparecer: *dar o calote / dar calotes.*

Depois das considerações anteriores, gostaria de indicar um levantamento de Gross (1982) sobre as possíveis estruturas de uma EI, em que utiliza os seguintes símbolos: N_0 = sujeito livre; N_1 = 1º complemento livre; N_2 = 2º complemento livre; C_0 = sujeito cristalizado; C_1 = 1º complemento cristalizado; C_2 = 2º complemento cristalizado; V = verbo; Prep. = preposição.

Podemos encontrar, então:

- 1 C_0 V: *A santinha do pau oco chegou.*
- 2 V C_1 : *Bete recebeu toda aquela gente de meia-tigela.*
- 3 N_0 V Prep. C_1 : *Todos devem entrar com o pé direito.*
- 4 N_0 V C_1 Prep. N_1 : *Zezé arrumou um pé de briga com Carmen.*
- 5 N_0 V N_1 Prep. C_2 : *Walter aceitou o emprego com a cara e a coragem.*
- 6 N_0 V C_1 Prep. C_2 : *Essa casa não custou os olhos da cara por um triz.*

Verificando, portanto, as estruturas das EI, conclui-se que a sintaxe das formas cristalizadas não difere da sintaxe das formas livres. Há uma simetria de estruturas entre uma EI e uma não-EI. O que ocorre é que apenas um número restrito de estruturas sintáticas admite as EI, mas isso não é suficiente para identificar as EI.

Consideremos agora uma questão sintático-semântica, que é a redução de uma EI, principalmente a que é expressa pela combinação de um verbo com um ou vários complementos semanticamente equivalentes a um verbo morfologicamente simples.

Geralmente as EI verbais têm por sinônimos verbos simples: assim, *descer a lenha* pode ser equivalente a "denegrir"; *fazer de gato-sapato* a "abusar". Essa paráfrase redutora é muitas vezes arbitrária, além de haver EI sem sinônimos lexicais naturais; são as EI que não se deixam parafrasear por verbos simples. Qual poderia ser a redução para: *cometer gafes, dizer cobras e lagartos, jurar de pé junto, dar nó em pingo d'água?*

Por outro lado, a concepção composicional de uma EI poderá não ser natural em todos os contextos em que sua paráfrase for apropriada: em *Laura morreu subitamente, aceita-se bateu as botas subitamente*, mas não em *Laura morreu lenta e dolorosamente*.

Além disso, dizer que o sentido de uma expressão reduzida é mais simples ou mais transparente que o de uma expressão complexa (que é idiomática) é um preconceito (segundo Rwet, 1983). Em que o sentido de "explorar", por exemplo, seria mais simples ou mais transparente que o de *tirar partido de, tirar vantagem de?* Na verdade, um indivíduo pode passar sua vida sem conhecer a palavra simples que exprima certo conteúdo, e conhecer, familiarmente, uma expressão complexa, idiomática, que lhe é correspondente; por exemplo: um trabalhador rural, sem escolarização, provavelmente irá se referir a um colega "paupérrimo", dizendo que *está com uma mão na frente, outra atrás*.

Quanto ao aspecto puramente semântico, uma mesma expressão, como *colocar na geladeira* pode ser manifestada em sentido próprio ("guardar algo no refrigerador para se manter resfriado"), ou em sentido figurado ("passar a tratar alguém com indiferença"). Mas o conhecimento da expressão primitiva e original é que, quase sempre, facilita a compreensão.

Uma EI, portanto, nasce de uma combinação de palavras que não formam uma unidade lexical e, por mutação semântica, passam a constituir uma unidade, porque os componentes do sintagma não podem mais ser dissociados significando uma outra coisa. As EI são definidas, então, como não-composicionais, isto é, sua interpretação semântica não pode ser calculada a partir da soma dos seus elementos. Por exemplo: em *apitar na curva*, não é *apitar + na curva* que vai dar o sentido idiomático de "morrer". Trata-se de um tipo de conotação extralingüística, de uma paráfrase metafórica e não de uma criação neológica, porque não se trata da introdução do novo, como é o caso dos termos técnicos.

Do ponto de vista semântico, as combinações verbais tidas como idiomáticas têm natureza semântica profundamente diferente das combinações de verbos ditos

“usuais”. Usuais, porque se conseguem delimitar sem problemas as suas combinatórias; por exemplo, em *eu vou comer uma salada*, os semas do N_0 (*eu*) e do N_1 (*uma salada*) são facilmente determinados em relação ao verbo *comer*, como $N_0 = +$ animado, e $N_1 =$ termo de alimentação. As combinatórias verbais das EI também diferem das combinatórias de verbos ditos “suportes”, cujos argumentos não têm restrição: *ser* pode ser completado por nacionalidade, estado, profissão etc. (*ela é brasileira, contente, tradutora*); *ter* também pode ter n argumentos (*ela tem uma casa, problemas, um filho...*).

Para uma expressão ser considerada idiomática, deve-se verificar, no nível discursivo, seu contexto sentencial, ou seja, se seu sentido é autônomo ou dependente do contexto. Autônomo é o sentido, por exemplo, das expressões: *ser maria-vai-com-as-outras, não ter letreiro na testa, ser dono do próprio nariz*, que não precisam de contexto precedente ou conseqüente para sua compreensão idiomática. Por sua vez, dependem do texto que as precede ou as sucede expressões como: *colocar tudo em pratos limpos, ter as costas largas, embarcar em canoa furada*. Nos enunciados:

Após o mal-entendido, colocou tudo em pratos limpos.
Rafael consegue o cargo, pois tem costas largas.

o sentido das expressões confirma-se como idiomáticos por anáfora.

Nos enunciados:

Coloque tudo em pratos limpos assim que o encontrar.
Ter costas largas é garantia de emprego hoje em dia.

o sentido das expressões explica-se idiomáticamente por catáfora.

Nos enunciados:

Lave tudo muito bem e coloque em pratos limpos.
Gosto dos rapazes que têm costas largas e peludas.

trata-se do sentido próprio das mesmas expressões.

O que modifica o sentido de uma expressão metafórica pode ser uma mudança da distribuição no par objeto direto (OD) – objeto indireto (OI). Em:

Mário recheou o peru com farofa de milho.

o complemento “com farofa de milho” não é obrigatório, pois esse segundo argumento pode ser indefinido ou apagado.

Contudo, em:

Mário recheou seu discurso com ditos espirituosos.

o complemento “com ditos espirituosos” é obrigatório.

Observa-se que o segundo argumento no primeiro enunciado refere-se a um primeiro argumento, cujo traço distintivo é comida, enquanto na segunda, refere-se

a um primeiro argumento de traço + *coisa*. Toda vez que isso ocorre, temos uma situação produtiva, que pode evoluir para uma EI.

Em se considerando o aspecto pragmático das EI, pode-se dizer que o uso ou não de uma EI justifica-se por corresponder a certas expectativas do usuário em relação ao seu interlocutor, mas também por ser apropriado ao nível de linguagem em que os falantes estiverem envolvidos.

As variações lingüísticas, chamadas variações de registro, subdividem-se em variantes de grau de formalidade (formal/informal), variantes de modalidade (oral/escrito), variantes de adaptação (ajustamento do emissor ao receptor).

No enunciado:

Você deve mandar brasa em suas pesquisas.

a EI *mandar brasa* seria coerentemente usada se se tratasse de um registro informal, oral e ajustado entre, por exemplo, dois colegas de profissão. O mesmo não aconteceria se fosse um diretor enviando uma circular, ou mesmo falando, com seu funcionário.

Assim uma EI pode ser abandonada em virtude de outra expressão que se enquadre no padrão culto da língua, segundo a evolução dos costumes e a redistribuição das classificações sociais. Por exemplo, *dar a volta por cima*, num registro mais formal da língua comum ou no padrão culto, seria "reagir"; *fazer birra* é "opor viva resistência a"; *meter os pés pelas mãos* é "intervir de maneira errada"; *entrar de cabeça* é "dedicar-se inteiramente"; *sair de fininho* é "sair sem ser percebido".

Além disso, uma EI pode ter equivalentes idiomáticos, para conformar seu uso com diferentes usos de linguagem. Na linguagem familiar, usa-se, por exemplo, *lamber os dedos* para expressar a sensação de vontade por alguma coisa, mas não *lamber os beiços*, que só seria aceitável em linguagem popular, implicando aqui uma questão de convenção social.

Há ainda equivalentes de uma mesma EI, que são variantes existentes em uma língua considerada: *comer o pão que o diabo enjeitou* tem como variantes *comer o pão que o diabo amassou*, *comer o pão que o diabo amassou com os pés*, *comer o pão que o diabo amassou com os pés sujos*, *comer o pão que o diabo amassou com o rabo*.

Portanto, verificados os três aspectos, sintático, semântico e pragmático, e considerada sua interseção evidente, podemos dizer que uma *expressão idiomática* é um sintagma metafórico, cristalizado em um idioma pela tradição cultural, ou seja, consagrado pelo uso, pela freqüência do emprego (tendo passado do individual para o social).

8 Conclusão

As EI estão na tradição textual da Antigüidade greco-latina, na Bíblia, nas fábulas, nos romances e peças teatrais cômicas, na narrativa satírica e na poesia.

Assim, têm como ilustres representantes um Rabelais, Molière, Balzac, Flaubert, Prévert, um Machado de Assis, Drummond, Rubem Braga, Jorge Amado, transmissores fiéis e inspirados da variedade dos usos da linguagem de seu tempo. De uma maneira geral, a riqueza em EI, num texto, corresponde ao interesse dado à linguagem oral, espontânea, à linguagem sintoma de comportamento social.

O obscurecimento de seus elementos formadores manifesta a espessura simbólica e metafórica de uma linguagem que é condensada, presente por toda parte, embora discretamente. Nessa linguagem aflora o inconsciente, em que os significantes, desprovidos de seu sentido próprio, agem confusamente por sua própria conta. A EI é, assim, o lugar em que o discurso se faz língua, em que o social se faz símbolo.

As EI são frases mínimas, formas em que os complementos não podem ser omitidos. Embora cristalizadas, são apenas em parte "fixas", pois o número e a posição sintática das partes livres e cristalizadas são variáveis. A restrição imposta às partes cristalizadas contribuiu para dar a impressão de que as EI eram objetos excepcionais. Mas os complementos que constituem as EI são reunidos de modo sintaticamente correto, regular; a ordem das palavras é que pode ser não-usual.

Em outras palavras, as EI são, em graus diversos, analisáveis, e seu sentido literal (ou o sentido literal de seus constituintes) permanece quase sempre pertinente. O que obscureceu essa característica das EI foi a confusão comumente feita entre dois aspectos, ou dois estágios, de seu emprego e de sua aquisição.

Constituindo um recurso poético que garante o caráter de surpresa, representam um automatismo até desgastado pela frequência de seu uso, que não leva o receptor a pensar na sua interpretação. Essa cristalização na memória coletiva não prescinde, porém, da criatividade do falante ou escritor, para obter nos usuários o efeito desejado. Uma vez aprendidas, muitas se prestam à análise, à interpretação, baseando-se em sua estrutura sintática interna, no sentido literal de seus constituintes, e nas relações (metafóricas, metonímicas etc.) entre seu sentido literal e seu sentido idiomático.

Por fim, como bem colocou Gross (1988), se fosse feito um estudo sistemático das construções e dos elementos lexicais constituintes das Expressões Idiomáticas, ter-se-ia uma imagem mais completa e coerente da gramática e do léxico de uma língua.

XATARA, C. M. The retrieval of idioms. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.195-210, 1995.

- **ABSTRACT:** *A morphological, syntactical, semantic, and pragmatic analysis of the so called "idioms" attempts to show that such idioms can be systematized and therefore should not be neglected by grammars and common dictionaries and in the teaching of languages.*
- **KEYWORDS:** *Idiom; non-compositional; frequency of usage.*

Referências bibliográficas

- 1 ANDRÉ, H. A. *Gramática ilustrada*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982. 360p.
- 2 BECHARA, E. *Moderna gramática do português*. 19.ed. São Paulo: Nacional, 1974. 374p.
- 3 BERNET, C., RÉZEAU, P. *Dictionnaire du français parlé. Le monde des expressions familières*. Paris: Seuil, 1989. 382p.
- 4 BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 277p.
- 5 BORBA, F. S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1984. 316p.
- 6 BORBA, F. S. et al. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 1373p.
- 7 BRETAUD, R., MATTOS, J. P. J. *Dicionário de idiomatismos francês-português/português-francês*. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990. 257p.
- 8 CAMARGO, S., STEINBERG, M. *Dicionário das expressões idiomáticas metafóricas inglês-português*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- 9 CAMPOS, A. M. *Dicionário francês-português de locuções*. São Paulo: Ática, 1980, 301p.
- 10 CASCUDO, L. C. *Locuções tradicionais no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, Natal: UFRN, 1977. 236p.
- 11 CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1979. 375p.
- 12 CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro, São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 376p.
- 13 CHEVALIER, J.-C. et al. *Grammaire Larousse du français contemporain*. Paris: Larousse, 1964. 495p.
- 14 CLAVAL, S., DUNETON, C. *Le bouquet des expressions imagées*. Paris: Seuil, 1990. 1378p.
- 15 COLLINS, R. E., GOMES, L. L. *Dicionário de expressões idiomáticas americanas*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
- 16 CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1985. 714p.
- 17 DANLOS, L. La morphosyntaxe des expressions figées. *Langages (Paris)*, n.63, p.53-74, 1981.
- 18 DUBOIS, J., JOUANNON, G. *Grammaire et exercices de français*. Paris: Larousse, 1956. 304p.
- 19 FILLMORE, C. J. On fluency. In: FILLMORE, C. et al. *Individual differences in language ability and language behavior*. New York: Academic Press, p.85-101, 1979.
- 20 FILLMORE, C. J., KAY, P., O'CONNOR, M. C. *Language (Paris)*, n.64, 1988.
- 21 GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1978. 522p.
- 22 GREVISSE, M. *Le bon usage*. 10.ed. Gembloux: Duculot, 1975. 1322p.
- 23 GROSS, M. Les limites de la phrase figée. *Langages (Paris)*, n.90, p.7-22, 1988.
- 24 _____. Une classification des phrases "figées" du français. *Revue québécoise de linguistique (Montréal)*, v.11, n.2, p.151-185, 1982.

- 25 LOFFLER-LAURIAN, A. M., PINHEIRO-LOBATO, L. Pour une étude contrastive des lexies complexes. *Cahiers de lexicologie (Paris)*, v.34, p.61-86, 1979.
- 26 LOPES, E. *Metáfora: da retórica à semiótica*. 2.ed. São Paulo: Atual, 1987. 112p.
- 27 LUFT, C.P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1976. 193p.
- 28 LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- 29 PUGLIESI, M. *Dicionário de expressões idiomáticas, locuções usuais da língua portuguesa*. São Paulo: Parma, 1981. 309p.
- 30 REY-DEBOVE, J. Le domaine du dictionnaire. *Langages (Paris)*, n.19, p.3-34, 1984.
- 31 RIBEIRO, J. *Frases feitas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908.
- 32 RÓNAI, P. *Dicionário francês-português/português-francês*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. 574p.
- 33 RWET, N. Du bon usage des expressions idiomatiques dans l'argumentation en syntaxe générative. *Revue québécoise de linguistique (Montréal)*, v.13, n.1, p.23-43, 1983.
- 34 SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 249p.
- 35 SILVA, E. C. *Dicionário de locuções da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975. 419p.
- 36 XATARA, C. M. *As expressões idiomáticas de matriz comparativa*. Araraquara, 1994. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.